

Denominações para ‘canjica’ e ‘curau’ no Atlas Linguístico quilombola do Moxotó-ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)

Denominations for ‘canjica’ and ‘curau’ at the Pernambuco’s Linguistic Atlas quilombola of Moxotó-ipanema (ALQUIMPE)

Edmilson José de Sá
edjm70@gmail.com

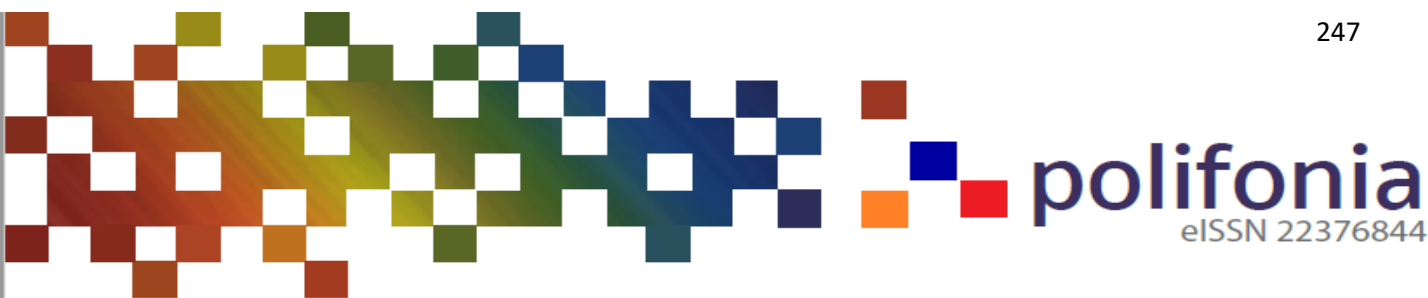
Resumo

Este artigo tem o intuito de apresentar a variação lexical na fala de algumas comunidades quilombolas de microrregiões pernambucanas, localizadas entre o Agreste e o Sertão do Estado. Para tanto, usou-se o *corpus* coletado para a construção do primeiro atlas linguístico quilombola do Estado, nomeado de *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)* e, para o momento, foram usadas as respostas a perguntas que visavam a coleta de denominações para a *canjica* e o *curau*, dispostas nos campos semânticos *alimentação e cozinha*. A partir de um estudo histórico sobre a escravidão e os descendentes dos escravos de Pernambuco que habitam comunidades construídas em fuga, foi possível identificar as raízes africanas no Estado desde o século XVII, perpassando pela construção do Quilombo dos Palmares, de onde parte dos descendentes dos escravos que escaparam vivem hoje pelas serras e morros pernambucanos. Com o aporte acerca da Dialectologia e da Geolinguística, necessário à fundamentação teórico-metodológica para a criação de atlas linguísticos, a exemplo do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, elucidaram-se os parâmetros para a construção do ALQUIMPE, que culminou na construção de 31 cartas linguísticas, sendo 11 fonéticas e 20 léxicas. O destaque para as variantes de *canjica* permitiu identificar sete denominações, das quais parte delas se originam de idiomas africanos, como foi apresentado na análise etimológica, do mesmo modo que ocorreu com as variantes para *curau*, que teve seis denominações registradas nos inquéritos, o que levou a concluir que a cultura quilombola oriunda de etnias que a fundaram ainda está presente, inclusive na língua que falam.

Palavras-chave: Atlas linguístico; Quilombo; Moxotó-Ipanema; Curau e canjica.

Abstract

This article aims to present the lexical variation in the speech of some quilombola communities of micro-regions of Pernambuco, located between Agreste and Sertão. For this purpose, the corpus collected was used to build the first quilombola linguistic atlas in the State, named *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)* and, for the moment, the answers to some questions that aimed to collect names for *canjica* and *curau* were used, arranged in the semantic fields of *food and kitchen*. From a historical study on slavery and the descendants of slaves from Pernambuco who live in communities built on the run, it was possible to identify the African roots in the state since the 17th century, going through the construction of Quilombo dos Palmares, from where part of the descendants of the escaped slaves live today in Pernambuco’s mountains and hills. With the contribution about Dialectology and Geolinguistics, necessary to the theoretical-methodological framework for the creation of linguistic atlases, like the *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, the parameters for the construction of ALQUIMPE, which culminated in the construction of 31 language letters, 11 phonetic and 20 lexical were clarified. The emphasis on the *canjica* variants allowed the identification of seven denominations, part of which originate from African languages, as shown in the etymological analysis, similarly to the variants for *curau*, which had six denominations registered in the investigations, which led to the



conclusion that the quilombola culture originated from the ethnic groups that founded it is still present, even at the spoken language.

Keywords: Linguistic atlas; Quilombo; Moxotó-Ipanema; Curau and Canjica

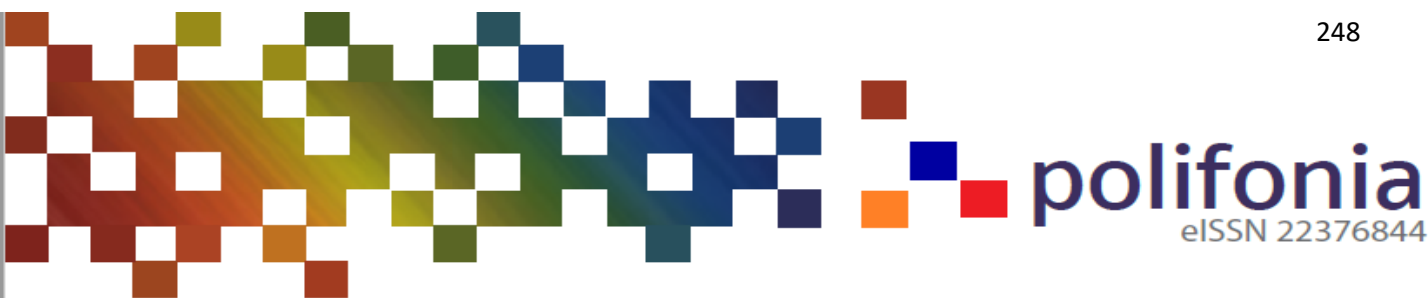
INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de analisar as denominações para *curau* e *canjica* face aos registros distribuídos diatopicamente no primeiro atlas linguístico quilombola do Estado de Pernambuco, construído com *corpus* coletado em cinco comunidades pertencentes a municípios do Sertão do Moxotó e do Vale do Ipanema.

Estudos acerca da linguagem falada por quilombolas ainda são escassos no Brasil e, quando existem, são descritos à luz da Sociolinguística Variacionista, responsável por explicar fenômenos de variação da língua tanto por interferência de fatores linguísticos quanto pela influência de fatores sociais como sexo, faixa etária, escolaridade, respaldando-se nas perspectivas teórico-metodológicas apregoadas por Labov (1972; 1984).

Contudo, a variação pode ser trabalhada também sob a égide da Dialectologia e da Geolinguística, em cujos documentos são inseridos os fenômenos em cartas linguísticas das comunidades investigadas conforme a localização onde foram mais proeminentes, não eximindo da possibilidade de interpretá-las sociolinguisticamente, como reza a metodologia amplamente discutida por Margotti (2004; 2008), por meio da qual foi pioneiramente cartografada a variação diatópica e diastrática do falar uruguaio por Thun e Elizaincín (2000).

O trabalho em tela se estrutura da seguinte forma: de início será traçado um breve panorama sobre a vinda dos africanos a Pernambuco no período da escravidão e a constituição de suas comunidades quilombolas remanescentes. Será apresentado um recorte sobre a Dialectologia e a Geolinguística, cujos pressupostos teórico-metodológicos servirão de aporte para a análise posterior dos fenômenos selecionados.



1 PERNAMBUCO E AS RAÍZES AFRICANAS

É senso comum afirmar que grande parte da população nordestina é formada por descendentes de africanos. No caso de Pernambuco, esses povos eram capturados em suas terras de origem e trazidos para o Estado pelos portugueses para trabalhar como escravos nos canaviais, nos engenhos de açúcar, nos campos de criação de gado e nas casas dos senhores das terras e dos engenhos (TEIXEIRA ; CHIANCA, 2012, p. 18). Com isso, o número de escravos aumentava consideravelmente graças ao crescimento dos canaviais. Logo, no dizer nas palavras do Padre Antônio Vieira [1648] (1925, p. 243),

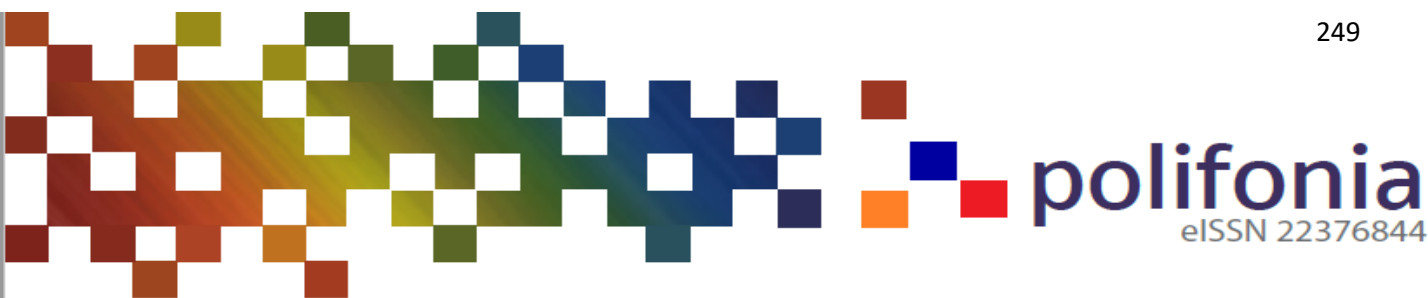
[...] todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão-de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que eles tenham a cidade de Loanda temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertamos por eles tudo.

Tal previsão fora constatada quase dois séculos depois, segundo número apontado por Goulart (1975, p. 269), na vinda de escravos desse país no início do século XIX em comparação com número levado ao Pará e ao Maranhão.

Contudo, Miller (1975, p. 138) sugere a vinda de escravos de outros países africanos, ao dizer que “evidências indiretas sugerem que vários mil escravos de Benguela podem ter ido para Pernambuco entre 1817 e 1825, “um período em que as importações de Pernambuco são inteiramente desconhecidas” (tradução nossa)¹, além de serem também provenientes de Luanda e do Sudão.

Após chegarem ao Estado, a despeito da ‘recepção’ a que eram destinados em todas as regiões brasileiras, os senhores de engenho e feitores submetiam os escravos a um regime tirânico, sendo colocados em senzalas e postos ao trabalho de sol a sol, com

¹ Indirect evidence suggests that several thousand Benguela slaves may have gone to Pernambuco between 1817 and 1825, a period in which Pernambuco's imports are entirely unknown.



ferrenha repreensão e castigos corporais quando desobedeciam, a exemplo do que João Fernandes Vieira fazia na época da Restauração Pernambucana (MELLO, 1953).

Na visão de Sette e Andrade (1959, p. 66), isso não constituía um problema naquela época, a julgar pelo fato de Pernambuco ter representado um grande importador de escravos principalmente *bantus* que

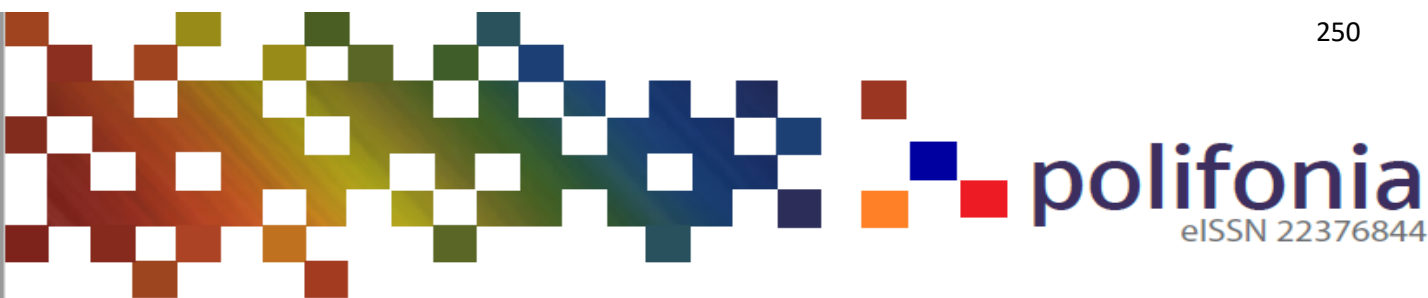
[...] se identificaram bem com a paisagem agrária da cana-de-açúcar, habitando senzalas ao lado das casas-grandes patriarcais, lidando com engenhos d'água ou de tração animal e cuidando dos canaviais sem fim. As cozinhas dos grandes sobrados e dos solares recifenses preferiram igualmente essa gente 'amorável e dócil' tão sugestivamente representada pelos 'pais-juães' e mais pretas de muitos avós de hoje em dia.'

Os sudaneses escravizados em Pernambuco se dedicavam a atividades agropastoris nos currais sertanejos para onde foram conduzidos por levadas de vaqueiros, quase todos vindos da Bahia, procurando fugir à pressão dos canaviais do Recôncavo e seguindo pelas margens do Rio Francisco. Entre os cafuzos sertanejos, notam-se vestígios desses escravos sudaneses de procedência baiana.

As influências étnicas e culturais dos negros na formação do povo pernambucano são muito evidentes em traços de cor – morena ou parda; de constituição anatômica – cabelo muito crespo, feições fortes dos lábios volumosos e narizes achatados; e na riqueza do vocabulário (SETTE; ANDRADE, 1959, p. 67).

A luta contra a escravidão surgiu de duas vertentes: a fuga dos negros no século XVI para certos pontos de difícil acesso onde podiam resistir a seus opressores e a pregação da abolição seja ela com ou sem indenização, realizada pelos brancos no século XIX. No primeiro momento, houve em Pernambuco o *Quilombo dos Palmares*, em que ocorreu a fuga de escravos *bantu*, mulatos e crioulos do cativeiro e existiu de aproximadamente 1630 a 1697. Sobre o referido quilombo, convém discorrer que:

Palmares foi uma comunidade quilombola que, no século XVII, ocupava a Serra da Barriga. Essa região se estendia do rio São Francisco, em Alagoas, até as vizinhanças do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Tratava-se de um terreno acidentado e de



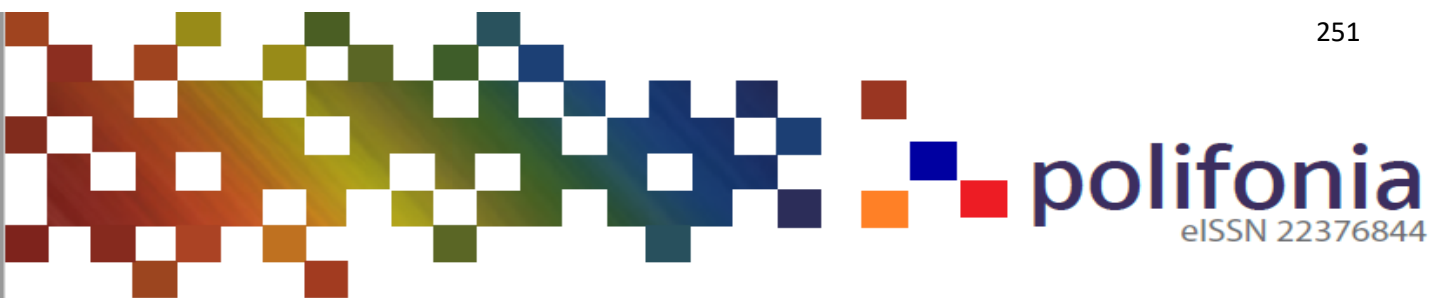
difícil acesso, coberto de espessa mata tropical que incluía a pindoba, um tipo de palmeira, daí o nome Palmares. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 120).

Em anos concomitantes e subsequentes, outros quilombos de menor porte foram marcados em territórios pernambucanos e, hoje em dia, são conhecidos por ‘comunidades negras tradicionais’, ‘mocambos’, ‘comunidades regras rurais’ ou ‘terras de pretos’ (BENJAMIN, 2011, p. 27). Esses quilombos mantêm tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África vistas na agricultura, medicina, religião, mineração, técnicas de arquitetura e construção, artesanato e fabricação de utensílios de cerâmica e palha, na relação sagrada com a terra, na culinária, na importância da vida comunitária e, obviamente, na linguagem.

2 DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA

Muito se tem discutido acerca dos conceitos de Dialeto e Geolinguística, haja vista a existência de estudos que consideravam as duas vertentes como sinônimas.

Por isso, para se entender, com precisão, de que trata a Geolinguística, é preciso estabelecer alguns conceitos importantes, quais sejam: língua, dialeto e falar. A língua, segundo encontrado em Houaiss (2009), se constitui de um sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito. Já o dialeto é conceituado como um conjunto de marcas linguísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a uma comunidade inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua. É, portanto, uma forma da língua falada em um ambiente específico, com um sistema particular. O falar, por sua vez, se caracteriza por uma variedade de uma língua peculiar a um quadro geográfico; tem-se o falar regional, próprio de uma área mais ampla, como o exemplo do falar nordestino, e o falar local, próprio de uma cidade, de uma vila ou qualquer ambiente.



Como se pode perceber, há autores que tratam os termos dialeto e falar quase como sinônimos, o que leva alguns a considerarem o primeiro como forma de variação regional e o segundo como forma particular de comunicação.

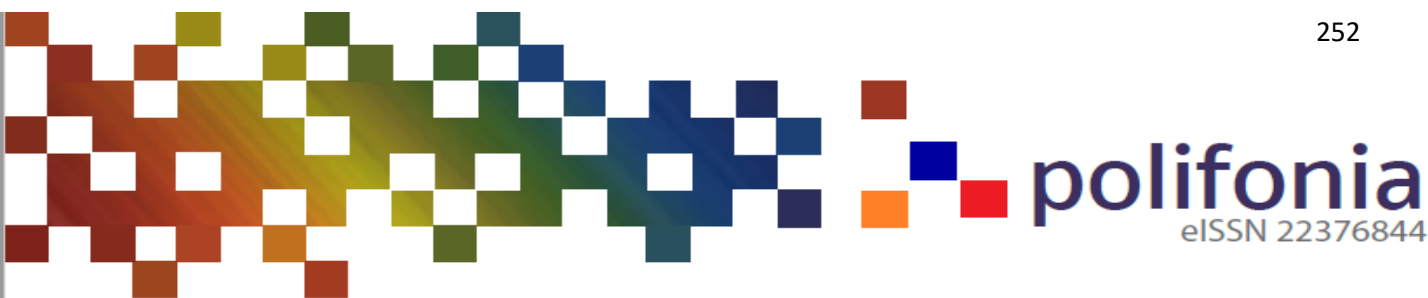
O método mais presente de se estudar o dialeto é através da Geografia Linguística, que usufrui da cartografia para analisar a língua diatopicamente. Assim, a Dialectologia passou a ser considerada não apenas como disciplina ou modelo de estudo descritivo dos limites da língua, mas como ciência que estuda a fala característica seja através da inserção das realizações mais proeminentes no mapa, seja pela simples catalogação dessas realizações através de modelos distintos de análise.

No Brasil, a ideia de construir um atlas linguístico de caráter nacional foi pensada em 1952, quando foi instituído por decreto o Centro de Pesquisas da Casa de Ruy Barbosa, cuja ação prioritária promulgada no artigo 9º era a elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*, proposta por Antenor Nascentes, que fazia parte da comissão de filologia desse centro. Segundo ele,

[...] depois de Gilliéron, nenhum verdadeiro estudioso da filologia nega o valor dos atlas linguísticos, nem o seu caráter de indispensáveis. Não são muitos os países de tais instrumentos de pesquisa. O Brasil precisa ter seu atlas que não será mais o complemento de Portugal, em vias de acabamento. (NASCENTES, 1958, p. 7)

Pensando no amadurecimento dos pesquisadores e nas dificuldades para um trabalho desse porte ser executado, o projeto só foi retomado em 1996, quando foi montado um comitê de que faziam parte docentes de várias universidades do país com experiência na construção de atlas estaduais. Os inquéritos foram realizados em 250 municípios distribuídos do Oiapoque ao Chuí e os primeiros volumes do atlas só foram publicados em 2014.

O primeiro atlas linguístico estadual do Brasil é o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, concluído em 1963. Depois desse, vieram outros atlas estaduais e municipais em que foram cartografados fenômenos fonéticos, lexicais e morfossintáticos. Os últimos atlas linguísticos estaduais são o *Atlas Linguístico do Amapá* (RASKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017) e o *Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL*



(DOIRON, 2017). Junto a esses, há outros projetos de atlas em fases inicial e avançada de execução. Esses atlas mais recentes têm seguido uma metodologia bem-sucedida que agrega à Geolinguística conhecimentos advindos da Sociolinguística, conforme ilustrado por Thun e Elizaincín (2000) quando a construção do *Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU), que se orienta de um modelo pluridimensional, envolvendo idiomas, perfil distinto de informantes, classe social, sexo, faixa etária e diferentes questionários.

3 O ATLAS LINGUÍSTICO QUILOMBOLA DO MOXOTÓ-IPANEMA PERNAMBUCO (ALQUIMPE)

Conforme já mencionado, não se tem notícia de algum trabalho geolinguístico envolvendo a fala dos quilombolas de Pernambuco, o que torna pioneira a proposta em tela. Para esse trabalho, foram inquiridas pessoas de cinco quilombos, conforme os parâmetros descritos no quadro 1:

:

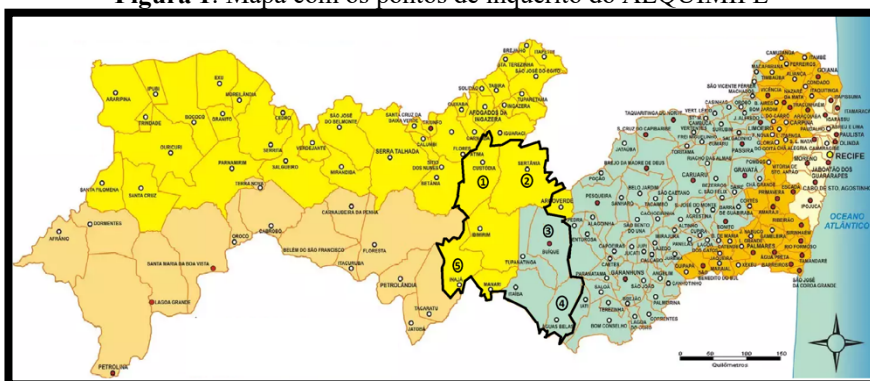
Quadro 1: Aspectos metodológicos para o ALQUIMPE

INFORMANTES (cf. CARDOSO et al., 2014)	PONTOS DE INQUÉRITO			
	Município	Microrregião	Distância aproximada da capital (Recife) – km	Comunidade selecionada
18 a 30 anos e 50 a 70 anos	<i>Custódia</i>	Moxotó	339	<i>Buenos Aires</i>
Até 5º ano do ensino fundamental – anos iniciais	<i>Buíque</i>	Ipanema	284	<i>Mundo Novo</i>
Poucas ausências da comunidade	<i>Sertânia</i>	Moxotó	320	<i>Urubu</i>
Nenhum problema articulatório	<i>Inajá</i>	Moxotó	391	<i>Poço Dantas</i>
	<i>Águas Belas</i>	Ipanema	316	<i>Angico</i>

Fonte: Banco de dados do autor

Cartograficamente, os pontos de inquérito pertencem a municípios que atendem às microrregiões do Sertão e do Agreste do Estado de Pernambuco, conforme distribuição no mapa disposto na figura 1.

Figura 1: Mapa com os pontos de inquérito do ALQUIMPE



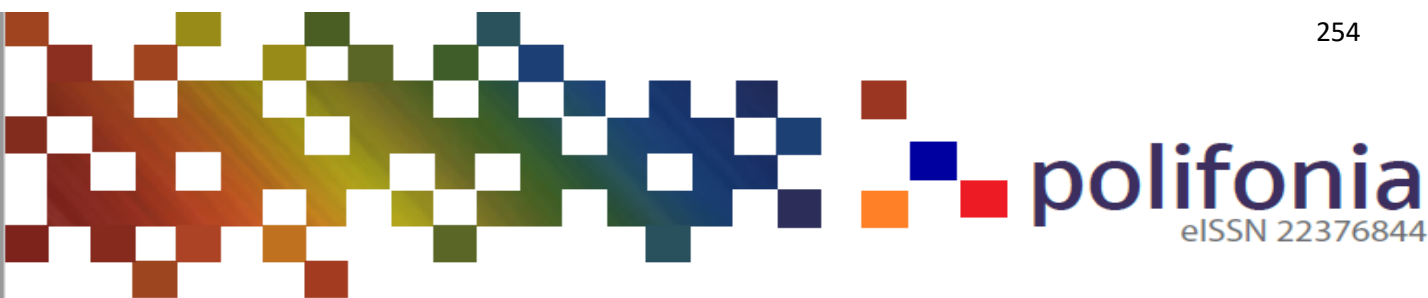
Fonte: Organização do autor

Aos informantes foram aplicadas as perguntas do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) e do Questionário Semântico-Lexical (QSL), utilizadas nos inquéritos do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e em outros trabalhos de mesma natureza. Foram, ainda, acrescentadas questões aos campos semânticos já existentes e também realizada uma adaptação do campo semântico ‘vida urbana’ para ‘vida no quilombo’, além da inserção do campo semântico ‘aspectos culturais do quilombo’.

Em termos mais específicos, foram acrescentadas questões sugeridas em Mendonça, (1973), Pereira da Costa (1957) e Lopes (2012), que tratam da cultura eminentemente africana.

Foram, então, construídas, 11 cartas fonéticas, envolvendo os principais fenômenos encontrados na transcrição dos inquéritos, e 20 cartas léxicas a partir das denominações de itens que tiveram maior heterolexidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS



Para se ter uma amostra das denominações lexicais registradas nos inquéritos, recorreu-se ao campo semântico alimentação e às respostas a duas perguntas proferidas aos informantes quilombolas.

A pergunta 226 requisita respostas para “uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhado com canela”, cuja motivação constitui na denominação *canjica*. Sampaio (2008) conceitua esse item lexical como o de uma espécie de milho branco e também ao prato que é preparado com esse milho e com outros ingredientes como leite ou leite de coco e açúcar.

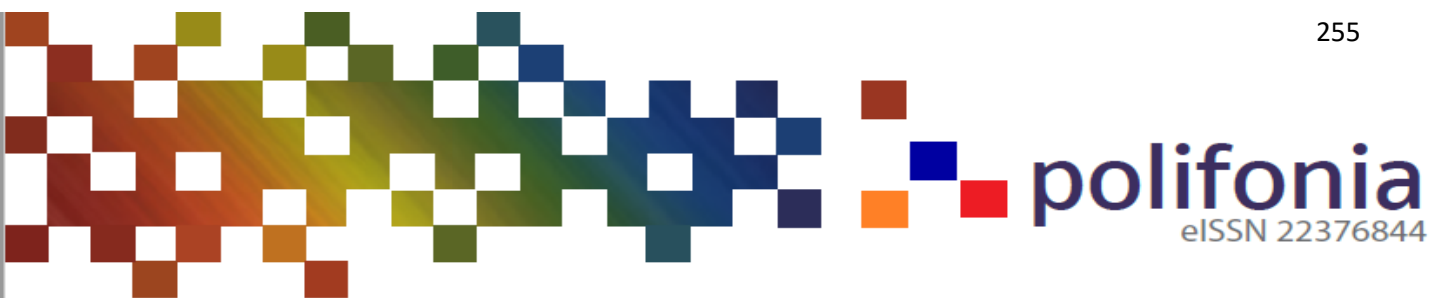
Há algumas controvérsias quanto à origem do termo. Em Houaiss (2009), por exemplo, a *canjica* teria vindo de *canja*. Lopes (2012), por sua vez, menciona a etimologia oriunda do quimbundo *kandjica* e do malaiala, falado em Malabar, uma região da Ásia, além da possibilidade da etimologia do quicongo *kanjika* como sinônimo de papa de milho grosso cozido.

Acredita-se, ainda, que a *canjica* tenha chegado ao Brasil com os escravos, já que se tratava de um alimento bastante comum nos quilombos e senzalas. Da senzala para a casa grande, a *canjica* recebeu novos ingredientes, difundindo-se de Norte a Sul do Brasil. No Nordeste, esse alimento está presente junto a outros alimentos à base de milho, a exemplo da pipoca, da pamonha e do milho verde.

Nos inquéritos do ALQUIMIPE, destacaram-se as seguintes denominações para a pergunta 226: *canjica*, *pamonha*, *mungunzá*, *angu* e *angu de milho*.

Figueiredo (1913) cita *pamonha* como originária do tupi *pa'muñã*, que significa “pegajoso”, enquanto *mungunzá* provém do kimbundo *mu'kunza*, com o sentido de “milho cozido”, conforme encontrado em Ferreira (2010) e ratificado em Lopes (2012).

Há, pois, algumas controvérsias quanto à etimologia de *angu*. Lopes (*op cit*) cita o étimo “angu” como originário da palavra *àgun* do idioma africano *fon* da África Ocidental, onde a palavra se referia a uma papa de inhame sem tempero. Na visão do mesmo etimólogo, a variante também pode provir do ioruba *a'ngu*. Vale observar, entretanto, que, a partir de 1498, os portugueses começaram a propagar o milho pela costa africana, começando na bacia do Congo.



O termo *angu* passou a ser usado no Brasil para papas feitas com farinha de mandioca ou de milho, as quais eram acompanhadas por miúdos de carne de vaca ou de porco, sendo, portanto, associada a animais e a escravos:

A base da alimentação dos escravos é o feijão, e esse pão de farinha de milho (fubá) sem fermento, a que damos a denominação pouco eufônica de *angu*. (...) em algumas partes do Brasil dava-se o apelido de *papa angu* ao negro cativo porque se alimentava quase unicamente de *angu* e feijão (FRIEIRO, 1982, p.158).

Os registros encontrados no *corpus* do ALQIMPE revelam uma predominância da variante *canjica*, como se pode observar na tabela, a partir da distribuição sob a égide da dimensão diastrática:

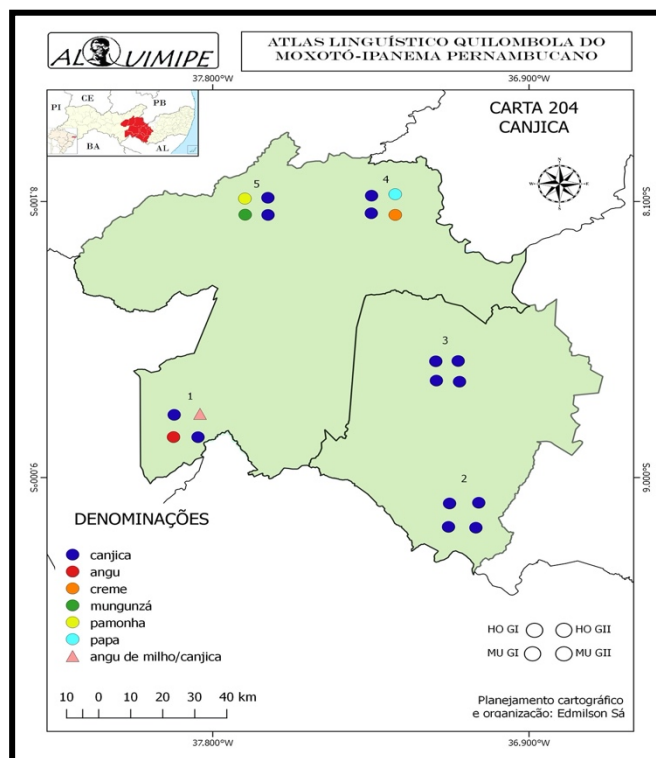
Tabela 2: Distribuição estatística das variantes para *canjica* no ALQIMPE

Dimensões	Homem	Homem	Mulher	Mulher
Variante	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 1	Faixa 2
Canjica	24%	14%	14%	19%
Angu			5%	
Creme				5%
Munguzá			5%	
Pamonha	5%			
Papa		5%		
Angu de milho		5%		

Fonte: Organização do autor

A figura 2 apresenta a distribuição diatópica das variantes de *canjica* conforme a cartografia dos dados:

Figura 2: Carta com denominações para *canjica*

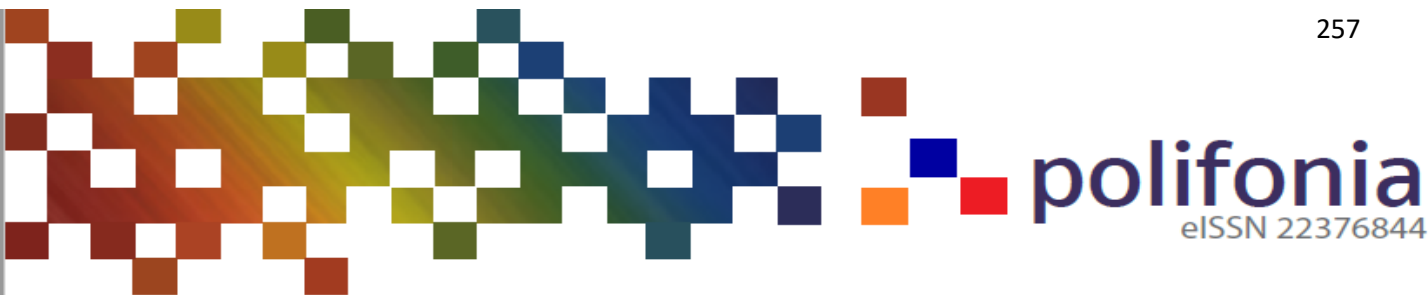


Fonte: ALQUIMPE (SÁ, 2018)

A carta 204 registra apenas sete variantes e a lexia motivadora – *canjica* – se distribui nos cinco pontos de inquérito do Moxotó e Ipanema, por isso obtive os maiores percentuais, destacando-se em 24% apenas na fala do homem da faixa 1 e com alguma diminuição nos demais perfis, sendo 14% tanto para o homem da faixa 2 quanto para mulher da faixa 1, e com ligeiro aumento, pois o percentual dessa variante chegou aos 19% para a mulher da faixa 2. As demais variantes são assinaladas apenas na microrregião do Moxotó. No ponto 1, a mulher da faixa 1 chama a *canjica* de *angu* e o homem da faixa 2 indica que a iguaria é conhecida como *angu de milho* e como *canjica*. Isso fez com o percentual de ocorrência dessas variantes não ultrapassasse os 5%.

Talvez por não ter entendido a pergunta ou por não conhecer realmente a iguaria, alguns informantes responderam à pergunta com itens que representam outros pratos.

A mulher da faixa 2 de Riacho dos Porcos (ponto 4), por exemplo, nomeou a *canjica* de *papa* e o homem da mesma faixa a nomeou de *creme*. No caso de Buenos Aires (ponto 5), ocorreu o contrário. Isto é, foram os informantes da primeira faixa



etária que deram respostas não esperadas. O homem denominou a *canjica* de *pamonha*, enquanto a mulher a denominou de *mungunzá*.

Concernente a *curau*, os informantes responderam à pergunta sobre “a papa, com milho verde ralado, sem coco” e diastraticamente as ocorrências chegaram a 10% para *canjica* na fala do homem da faixa 1 e 5% na fala dos informantes de cada gênero da faixa 2. Já em relação a *angu*, foram 20% de ocorrências na fala da mulher da faixa 1, 10% na fala dos informantes da faixa 2 e 5% na fala do homem da faixa 1. As demais variantes se distribuíram nos demais pontos de inquérito com 5% de ocorrências a depender do perfil do informante, conforme se pode verificar na tabela 2:

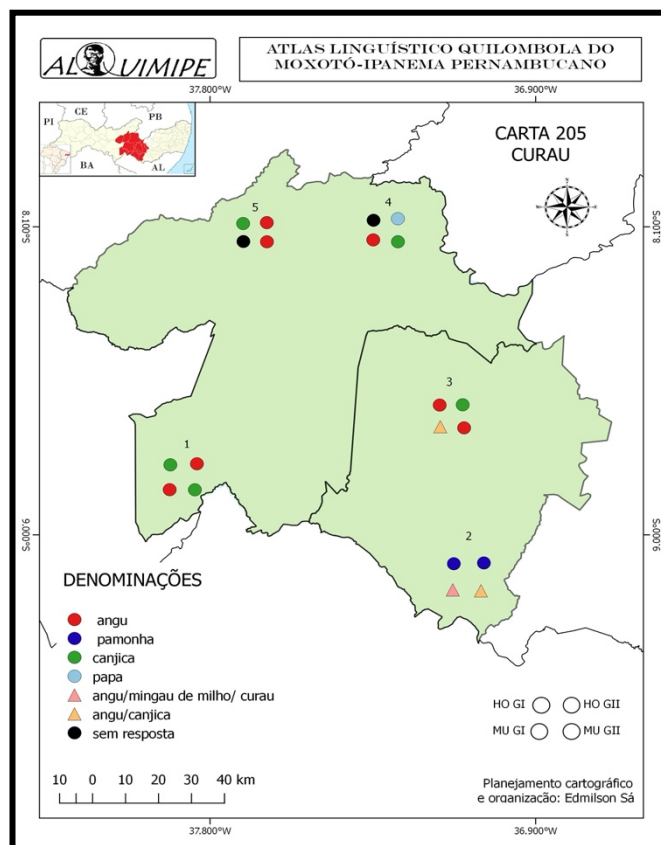
Tabela 2: Distribuição estatística das variantes para *curau* no ALQUIMPE

Dimensões	Homem	Homem	Mulher	Mulher
Variantes	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 1	Faixa 2
Angu	5%	10%	20%	10%
Canjica	10%	5%		5%
Pamonha	5%	5%		
Papa		5%		
Mingau de milho			5%	
Curau			5%	

Fonte: Organização do autor

A figura 3 apresenta a distribuição diatópico-diastrática das denominações registradas no *corpus* do ALQUIMPE.

Figura 3: Carta com denominações para *curau*

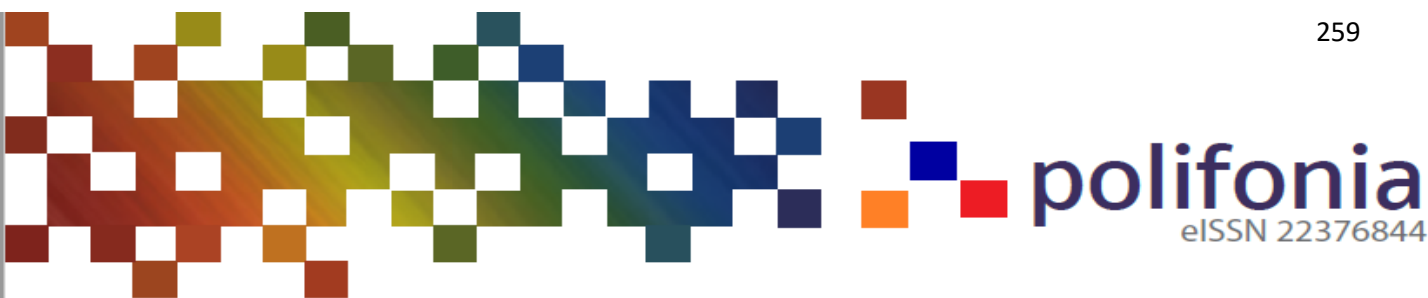


Fonte: ALQUIMPE (SÁ, 2018)

O *curau*, segundo encontrado em Houaiss (2009), se constitui de uma iguaria de origem portuguesa constituída de creme de milho verde, leite de vaca ou de coco, açúcar e canela em pó ou em casca. Considerando que, no Nordeste, o *curau* é chamado de *canjica*, justifica-se, então, o número de informantes que denominaram a iguaria dessa forma em quatro dos cinco pontos de inquérito, semelhantemente ao que ocorreu com a escolha por *angu*.

Verificou-se, então, que os informantes do sexo masculino do ponto 2 – Sítio Quilombo – conceituaram a *canjica* como *pamonha* e em alguns pontos de inquérito houve mais de uma denominação. A mulher da faixa 1 do ponto 2 (Sítio Quilombo) foi a única informante dos inquéritos a denominar a iguaria de *curau*, logo essa denominação parece ser marcada apenas nesse quilombo.

Percebe-se, nesse apanhado sobre o léxico dos quilombos do Moxotó e Ipanema de Pernambuco, o que Aragão (2011, p. 9) já prenunciava ao informar que a herança



africana na cultura nordestina permanece até hoje bastante forte em certas áreas, como na religião, na música, nos folguedos populares e, obviamente, na culinária, representando costumes e tradições recebidas dos africanos e marcantes na sociedade brasileira atual. Além disso, o léxico afro-indígena, ao se inserir no vocabulário ocorrencias únicas, enriquece o acervo lexical brasileiro e ratifica a heterogeneidade da língua falada.

CONCLUSÃO

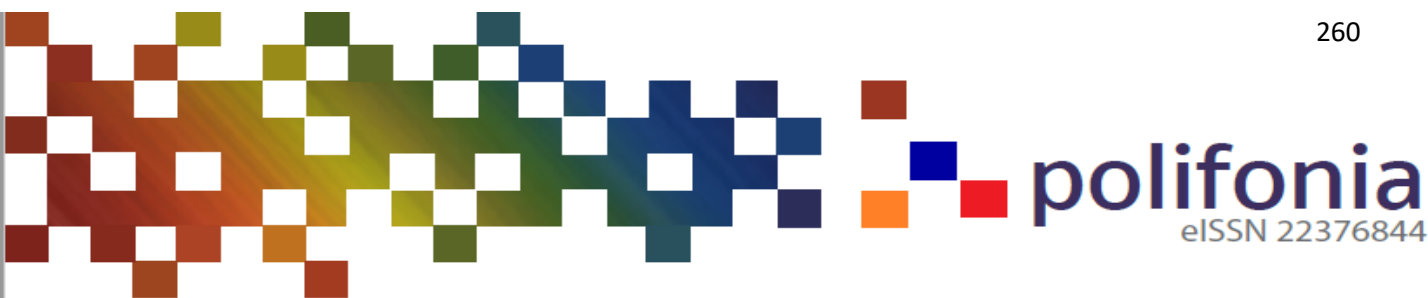
A ideia da construção do primeiro atlas linguístico quilombola de Pernambuco se constitui de um dos fatores que simbolizam a importância dos povos de origem africana para a constituição da cultura linguística do seu povo, e a busca pelos fenômenos característicos de seu modo espontâneo de falar confirma a riqueza que o povo africano deixou em seus descendentes.

Contudo, os dados almejados em comunidades de cinco municípios do Moxotó e do Ipanema pernambucano nem de longe representam o que se poderia encontrar nos quatro cantos do Estado. Logo, ainda há muito o que se pesquisar, discutir e investigar, visto que um trabalho de descrição linguística não acompanha a sua evolução cada vez mais rápida. Um as palavras são produzidas, mas num curto espaço de tempo são esquecidas e são facilmente substituídas, tornando a heterogeneidade da língua ainda mais acentuada.

É mister considerar que os povos africanos que atracaram em terras brasileiras não devem ser lembrados apenas como trabalhadores que foram escravizados, mas como sujeitos importantes na criação da língua que continua a ser falada tão ricamente. O produto do atlas quilombola é, sem dúvida, uma prova documental de tudo isso.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA Filho, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.



ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Africanismos no português do Brasil. **Revista de Letras** - Vol. 30 - 1/4 - jan. 2010/dez. 2011.

BENJAMIN, Roberto. **Cultura pernambucana**. João Pessoa: Grafset, 2011.

CARDOSO, Suzana. et al. **Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)**. Vol. 1 e 2. Londrina: EDUEL, 2014.

DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa, A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL. **Tese de Doutorado em Letras**. Londrina: UEL, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 5.^a ed. Curitiba: Melhoramentos, 2010.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa [Portugal]: Livraria Clássica, 1913.

FRIEIRO, E. **Feijão, angu e couve**: ensaio sobre a comida dos mineiros. B. Horizonte, Itatiaia, 1982, p.158.

GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

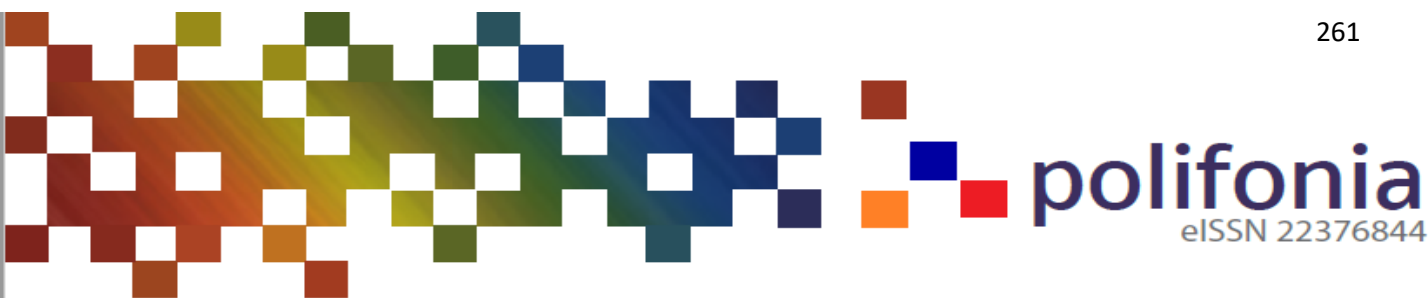
LABOV, William. Field methods used by the project on linguistic change and variation", dins. In: BAUGH, J. ; SHERZER, J. (eds.) **Language in use**: Readings in sociolinguistics, Englewood Cliffs: NJ Prentice-Halle.1984.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. **Anais do Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**. Pelotas, Educat, 2008, p.1-9.

_____. Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.



MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Recife: Universidade de Recife, 1953.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

MILLER, Joseph C. Légal Portuguese Slaving from Angola. Some Preliminary Indications of Volume and Direction. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, tome 62, n°226-227, 1er et 2e trimestres 1975. La traite des Noirs par l'Atlantique: nouvelles approches. pp. 135-176.

NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa. 1958.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Vocabulário pernambucano. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** - Separata do volume XXXIV. Recife: Imprensa Oficial, 1957.

RAZKY, Abdelhak ; RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha; SANCHES, Romário Duarte. **Atlas Linguístico do Amapá**. São Paulo: Labrador, 2017.

SÁ, E. J. de. Atlas linguístico quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMPE). **Relatório de Pós-Doutorado**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

SAMPAIO, Francisco Coelho. **História de Pernambuco**. São Paulo: Editora Atual, 2008.

SETTE, Hilton ; ANDRADE, Manuel C. **Geografia e história de Pernambuco**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1959.

TEIXEIRA, Francisco M.P. ; CHIANCA, Rosaly Braga. **História e geografia de Pernambuco**. Projeto Identidade. São Paulo: Ática, 2012.

THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. **Atlas diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU), I, 1-2**, Kiel: Westensee-Verlag, 2000.

VIEIRA, António. **Cartas do Padre António Vieira**. (Coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo). Tomo I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.